

## **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PERFIL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI**

Ezequiel Plínio Albarello  
Cidonea Machado Deponti

### **RESUMO**

O artigo aborda o perfil das agroindústrias familiares do Norte do estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é demonstrar como se encontram as agroindústrias nos processos de produção, de industrialização e de construção dos mercados para os seus produtos agroindustriais e o quanto estes são importantes nas relações e nas práticas sociais de interação com outros atores e no local. Os enfoques teóricos utilizados no trabalho são a desenvolvimento regional, desenvolvimento territorial, globalização, agricultura e agroindustrialização familiar e contextualização do médio alto Uruguai gaúcho. A pesquisa se estendeu pelos 22 municípios pertencentes ao CODEMAU (Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai). Realizou-se um questionário estruturado com 53 perguntas divididas em 11 grupos distintos. Posteriormente, aplicado para 66 agroindústrias distribuídas em 16 municípios pertencentes ao COREDE estudado. Como resultados, baseados em uma pesquisa aplicada, as agroindústrias enfrentam problemas de gestão, isso está relacionado com a falta de capacitação dos gestores e a maior parte das empresas não participam de programas governamentais, isso pode estar relacionado a falta de infraestrutura, a limitação de mercado imposta pela legislação municipal e à informalidade. A pesquisa também mostrou limitações quanto à comercialização dos produtos, a área de abrangência do mercado consumidor, é limitada no próprio município, na maior parte das empresas estudadas. Não há uma cooperação que fomente potencialize a distribuição e comercialização dos produtos.

**Palavras-chave:** Agroindústria familiar, Médio Alto Uruguai, Desenvolvimento regional.

### **1. Introdução**

Este estudo norteia o que muito se tem discutido sobre as recentes transformações na cadeia das Agroindústrias Familiares do Médio Alto Uruguai e suas consequências para o desenvolvimento Regional. A pergunta que norteia este artigo é a seguinte: A agroindústria familiar pode ter deixado de ser um fator gerador de desenvolvimento na região do Médio Alto Uruguai Gaúcho, no que tange a uma alternativa de produção e de renda para as famílias pertencentes ao arranjo?

Já é de conhecimento de todos os atores envolvidos neste ramo de atividade agrária que o processo produtivo das agroindústrias familiares está se alterando de forma rápida e

intermitente. Os fatores principais desta nova realidade rural estão ligados a abertura de mercado, expondo a cadeia produtiva à “lei da oferta e procura”. Assim os subprodutos oriundos da agroindústria enfrentam grande concorrência mundial, restando talvez uma única alternativa para as indústrias locais, ou seja, a diminuição dos custos de produção. Dada a importância da atividade agroindustrial para a região do Médio Alto Uruguai, uma série de iniciativas de planejamento vem sendo tomadas com a preocupação de promover o crescimento do setor, tentando torna-la uma atividade econômica alternativa para desenvolver a economia local.

Analisar a cadeia agroindustrial familiar, na ótica da geração de crescimento/ desenvolvimento em uma determinada região do país é um desafio que exige levar em conta as competências laborais e de planejamento familiares, aliados à inovação e à tecnologia utilizada neste sistema produtivo agrário, sua viabilidade econômica, seus impactos no meio ambiente e seus efeitos na qualidade de vida dos habitantes da região em questão, sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável.

Segundo Nalle Júnior (2006), a ciência econômica concebeu a questão do desenvolvimento com uma visão simplista, na qual se trata de apenas melhorar os indicadores econômicos para se chegar a melhorar o padrão de desenvolvimento. Ao longo do tempo, o desenvolvimento assume também uma dimensão subnacional, como fica claro na afirmação de Lima e Simões (2009), de que o mesmo ocorre de forma desigual e, uma vez iniciado em determinados pontos, possui a característica de fortalecer as regiões mais dinâmicas, e que se configura em aspectos intra e inter-relacionados às regiões.

A maior dificuldade é avaliar as reais condições socioeconômicas que o setor da agroindustrial se encontra. A avaliação realizada neste artigo estará balizada nos moldes atuais de produção e de comercialização dos agroindustrializados que primam pela boa qualidade e pela demanda produtiva capaz de atingir metas impostas pelas condições de mercado. É nesse contexto, e visando oferecer respostas aos questionamentos que compõem o problema inicial deste estudo: Como se encontra a cadeia das agroindústrias familiares da região do Médio Alto Uruguai? Essas agroindústrias garantirão sua reprodução social e inserção ao mercado com vistas ao desenvolvimento regional em um contexto de globalização? Para responder tais questões objetivou-se analisar as condições gerenciais, socioeconômicas e o perfil agroindustrial da região do Médio Alto Uruguai. A ideia é verificar se a atual estrutura da cadeia produtiva regional dá conta de gerar o desenvolvimento

sustentável, o que se pode esperar de tal atividade, considerando que a mesma é composta particularmente de micros e de pequenos produtores rurais, hoje conhecidos como agricultores familiares.

A pesquisa abarcou os 22 municípios pertencentes ao CODEMAU (Conselho Regional de Desenvolvimento do Meio Alto Uruguai). Realizou-se um questionário estruturado com 14 perguntas. Posteriormente este questionário foi aplicado para 66 agroindústrias distribuídas em 16 municípios pertencentes ao COREDE estudado. Após tabulados e analisados os dados, buscou-se estruturar os mesmos objetivando análises qualitativas e quantitativas visando responder o questionamento principal deste trabalho.

A importância desta pesquisa é perseguir elementos reais que darão suporte para o estudo de viabilidade socioeconômica dos sistemas atuais de agroindustrialização na região do Médio Alto Uruguai, apresentando alternativas viáveis para produção, para investimento e para retorno financeiro, tanto para os agricultores quanto para as agroindústrias, contribuindo assim, para o desenvolvimento regional. Acredita-se ainda, que como a região estudada é formada por municípios pequenos e com a maioria de seus territórios distribuídos em minifúndios (com área de 0 a 20 ha por família), seria necessário uma pesquisa aprofundada sobre a cadeia agroindustrial e seus pormenores.

O trabalho está dividido em três seções, mais introdução e considerações finais. Na primeira se desenvolve, brevemente, uma discussão em torno do desenvolvimento regional e territorial da região estudada. Na segunda, trata-se de uma breve caracterização das agroindústrias regionais e na terceira, discute-se a realidade das agroindústrias familiares a luz da globalização, confrontando-as com os dados pesquisados junto aos proprietários das agroindústrias.

## **2. Desenvolvimento Regional e Territorial**

De acordo com Lopes (2008), o conceito de desenvolvimento pode ser considerado um dos conceitos mais produtivos e polêmicos nas Ciências Sociais e por muito tempo a Economia ocupou um papel de relevo em sua definição. Somente a partir da década de 1930, outras disciplinas passaram a contribuir permitindo a renovação do conceito e das estratégias desenvolvimentistas.

Segundo Costa e Cunha (2002), a partir do final da década de 1970 surgiu uma nova visão para o conceito de desenvolvimento, que “passou a contemplar não apenas o

crescimento da produção nacional, como também a realização de avanços na qualidade de vida, na equidade, na democratização, na participação cidadã e na proteção ao meio-ambiente” (COSTA e CUNHA, 2002, p.1).

Na perspectiva do espectro subnacional, Ramos e Marino (2004) destacam que o desenvolvimento regional remete a uma dualidade: de um lado, o processo global corporativo, incidindo como fator exógeno nas comunidades e, de outro, a reação das mesmas, em termos socioambientais, que emana endogenamente. Interferem nesse processo, como condicionantes, as configurações históricas regionais, sociais e físico-naturais específicas, as quais dão causa ao processo de desenvolvimento regional e também sua dinâmica, sintetizando, portanto, uma combinação de assimilação/reação.

Uma das dificuldades que se encontra na abordagem do desenvolvimento é a diversidade da sua conceituação. Neste estudo citamos ainda a visão do economista indiano Amartya Sen, que afirma que “o desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10).

Para corroborar com essa perspectiva, ainda segundo Sen (2000) argumentos que de certa forma desconstruem a lógica até então predominante de raciocínio, pois o autor entende que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, não negando a importância dos aspectos ditos econômicos, mas esses são insuficientes. Salienta ainda que a expansão das liberdades humanas depende também das disposições sociais, descritas como acesso aos serviços de educação e saúde, e dos direitos civis, exemplificados como a possibilidade de participação das discussões públicas.

Toda a argumentação remete a uma condição de enfrentamento da condição inicial de uma determinada região para que atinja no futuro uma condição melhor do que essa. Sendo assim, observa-se que o desenvolvimento está relacionado a uma condição de planejamento do mesmo. Isso é corroborado pelas afirmações de Oliveira e Lima (2003, p. 31): “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

De acordo com os autores acima, o avanço no desenvolvimento de uma região está condicionado a um processo estrutural e dinâmico do mesmo e que deve ser visto como um

processo participativo, desenvolvido para o alcance de uma situação desejada. A participação da comunidade regional visa assegurar maior eficiência ao processo na medida em que estimula a produção de ideias, agindo como um impulsionador de mudanças locais, além de gerar um maior comprometimento da mesma com os resultados do processo.

Prevalece, neste caso, o ponderado por Siedenberg e Allebrandt (2010), o entendimento de que planejamento não é só técnico, mas também político, pois abrange o encaminhamento de soluções técnicas para o âmbito da decisão política, bem como a criação de atitudes políticas de aceitação para as decisões técnicas de planejamento.

Segundo Buarque (1999, p. 35), os “métodos e técnicas devem ser adaptados e ajustados às concepções contemporâneas de planejamento e de desenvolvimento, (...) Isto significa: visão de longo prazo, abordagem sistêmica, tratamento multidisciplinar, negociação política e participação social”.

Quanto às relações sociais que acontecem no espaço geográfico citado acima, pode-se listar algumas definições de território em razão do entendimento conceitual relativo ao tema. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Brasil, 2003, p. 3), o território é conceituado como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Território, em outra perspectiva, diferente da normativa, envolve, necessariamente, arbítrio, criação, nexos, poder. Assim qualquer diagnóstico de natureza territorial deverá explicitar os conflitos e os compromissos postos, posicionar recorrentemente a região ou a cidade no contexto mesorregional, estadual, nacional, etc.

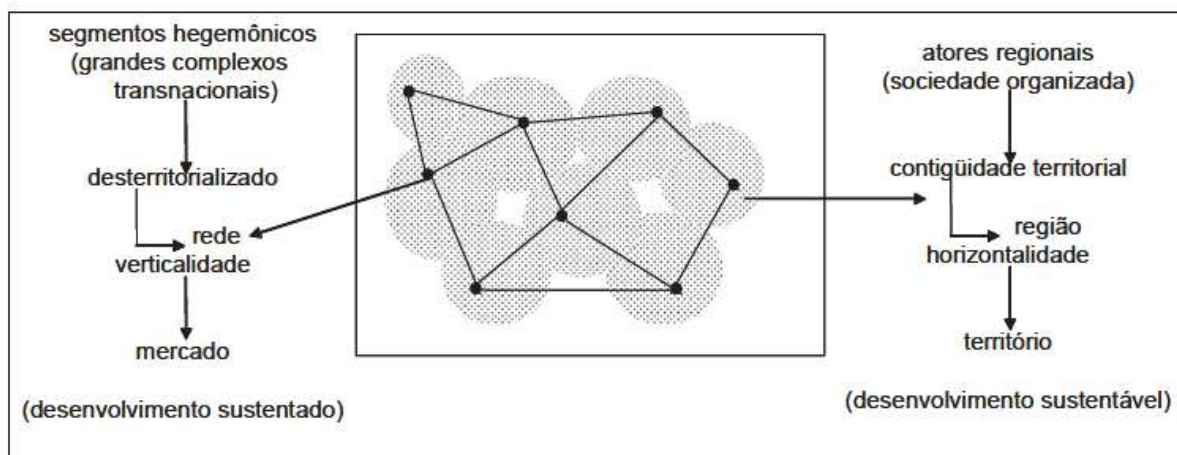
As forças centrífugas, por sua vez, afirma Santos (1996), podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram da região os elementos do seu próprio comando, que se encontra fora e longe dali.

Forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização. Mas, em todos

os casos, sobre as forças centrípetas, vão agir forças centrífugas. Essas forças centrífugas se dão em diversas escalas, a maior delas sendo o planeta tomado como um todo (SANTOS, 1996, p. 227).

Este processo pode ser observado na figura a seguir.

**FIGURA 2: Duas concepções do desenvolvimento territorial**



Fonte: ETGES, 2005.

Pautando as relações sociais pertencentes a um espaço geográfico a partir das definições de território citadas acima, buscou-se no item abaixo, algumas definições de globalização que possivelmente influenciou de forma direta ou indireta nas relações mercadológicas, e de comportamento social.

### 3 Agricultura e agroindústria familiar

Na abrangência do Corede do Médio Alto Uruguai (CODEMAU) (2013), ao norte do estado do Rio Grande do Sul predominam etnias europeias, as quais trouxeram as práticas de transformação dos produtos coloniais para melhorar a qualidade e aumentar a durabilidade dos alimentos. As transformações ocorridas com a Revolução Industrial e também com a Revolução Verde a partir dos anos de 1960, não descaracterizaram essas práticas e nem eliminaram os cultivos vegetais e a criação de animais para subsistência, sendo que estas práticas foram passadas de geração à geração.

Ressaltando a importância da agricultura familiar, Ângelo, Castro e Hosokawa (1988), identificando formas de definir grupos homogêneos de pequenas propriedades rurais, avaliaram a importância de estudos referentes a essas propriedades, expondo suas relações econômicas e sociais, conforme segue:

As propriedades rurais constituem a célula do desenvolvimento econômico e social, dada sua relevância na produção de gêneros alimentícios, na fixação do homem no campo, na geração de emprego e renda no meio rural. No aspecto ecológico, contribuem na preservação e conservação do meio a partir do momento que harmonizam suas atividades agropecuárias com florestas e as mantêm dentro de seu limite (ÂNGELO *et al.*, 1988, p. 53).

Entender os mercados e como os agricultores se relacionam com eles é uma tarefa importante para o desenvolvimento rural e para os estudiosos do “mundo” rural. Ainda mais em uma conjuntura em que a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores dependem, claro que em graus diferenciados de integração, das relações que os agricultores estabelecem com estes, em diferentes locais, contextos e conjunturas socioeconômicas. A importância dos mercados para a agricultura é cada vez mais proeminente, bem como o debate em torno do papel dos mesmos na literatura nacional e internacional sobre o campesinato e a agricultura familiar (veja só para citar alguns autores, os estudos de ABRAMOVAY, 1998 e 2004; WILKINSON, 2008 e PLOEG, 2008).

Ainda, antes de entrarmos definitivamente na agroindustrialização familiar, cita-se Graziano da Silva (1980) explicando os problemas enfrentados pela agricultura familiar face as condições de produção capitalista.

Como temos procurado mostrar, em condições de produção capitalista, a evolução das forças produtivas e seus aspectos correlatos de concentração, centralização, obsolescência e desvalorização do capital elevam o nível mínimo de capital requerido em condições nas quais a produção capitalista é viável, elevando o limite abaixo do qual a produção camponesa é viabilizada. Da mesma forma, o aumento da produtividade do trabalho social redefine constantemente esse limite pela desvalorização da força de trabalho, ou seja, ‘a escala mínima abaixo da qual a reprodução da pequena produção não é mais viável economicamente’, transformando-se em trabalhador livre para o capital (GRAZIANO, 1980).

Buscando a partir de agora conceitos relacionados à agroindústria familiar pode-se iniciar citando Araújo *et al.* (1990), observa que a agroindústria engloba o complexo

agroindustrial como um todo, ou seja, todos os agentes que fazem parte do segmento de insumo e fatores de produção (antes da porteira), da produção propriamente dita (dentro da porteira), do processo de transformação até a distribuição e do consumo (dentro e depois da fronteira).

Para Laushner (1995, p. 296) o conceito de agroindústria considera um aspecto mais genérico e outro mais específico.

Em sentido mais amplo, agroindústria é a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para a sua utilização intermediária ou final. Em sentido restrito, é a unidade produtiva que transforma para a utilização intermediária ou final o produto agropecuário e seus subprodutos não manufaturados, com aquisição direta do produtor rural de um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados.

Altmann *et al.* (2002), p. 103) apresenta a agroindústria rural como:

Atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção da agricultura familiar, através da execução de tarefas pós-colheita nos produtos provenientes de explorações agrosilvipastoris, tais como seleção, lavagem, classificação, armazenagem, conservação, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

Como definição, a agroindústria familiar que se alude na presente análise é uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Segundo outro trabalho desenvolvido por (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 77):

Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários, de fibras e alimentos com conseqüente transformação destes em derivados de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é que empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade.

Ainda segundo Pelegrini e Gazolla (2008), a agroindústria dos produtos agrícolas é um processo histórico, pois, com o decorrer do tempo os métodos foram sendo aperfeiçoados e adaptados às condições materiais disponíveis naquele determinado períodos e está intimamente relacionada a história humana e a reprodução social dos indivíduos, neste caso, os agricultores familiares.



A continuidade na atividade de agroindustrialização é um fato interessante, consideram-se todas as modificações ocasionadas pela superioridade do modelo de produção capitalista. Para Harnecher (1973), um modelo de produção de bens materiais, isto é, de um tipo determinado de relações de produção, não faz desaparecer de forma automática todas as demais relações de produção. Estas podem continuar existindo, ainda que modificadas e subordinadas às relações de produção dominantes.

Engels (1981) considera que a separação indústria/agricultura constituiu-se na segunda grande divisão social do trabalho, gerando um aumento na produção e na produtividade do trabalho, firmando-se como um dos fatores mais marcantes e importantes para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Citando novamente Pelegrini e Gazola (2008), a manutenção da prática de agroindustrialização artesanal, realizada pelos agricultores, em tempos de supremacia do processo industrial, está diretamente relacionada a cultura de subsistência camponesa, e encontra nesta um suporte para sua manutenção. Mesmo com todas as transformações ocasionadas pelo modo de produção capitalista, esta prática persiste hoje, fazendo parte da vida dos agricultores familiares contemporâneos, constituindo-se em uma estratégia para a manutenção da agricultura familiar em possibilidade de geração de renda.

Seguindo na linha do que diferencia a agroindústria familiar, observa-se que 'a indústria artesanal', existente dentro das fazendas, que fabricavam praticamente todos os bens de consumo e de produção, foi desmantelada pelo surgimento da indústria urbana mais especializada. A agricultura passa a depender do ramo industrial, ou seja, a agricultura subordina-se à indústria. Esta é a expressão real do desenvolvimento capitalista da agricultura. Marx *apud* Graziano da Silva (1998, p.02) descreve que estas transformações fazem parte da passagem ao modo de produção capitalista.

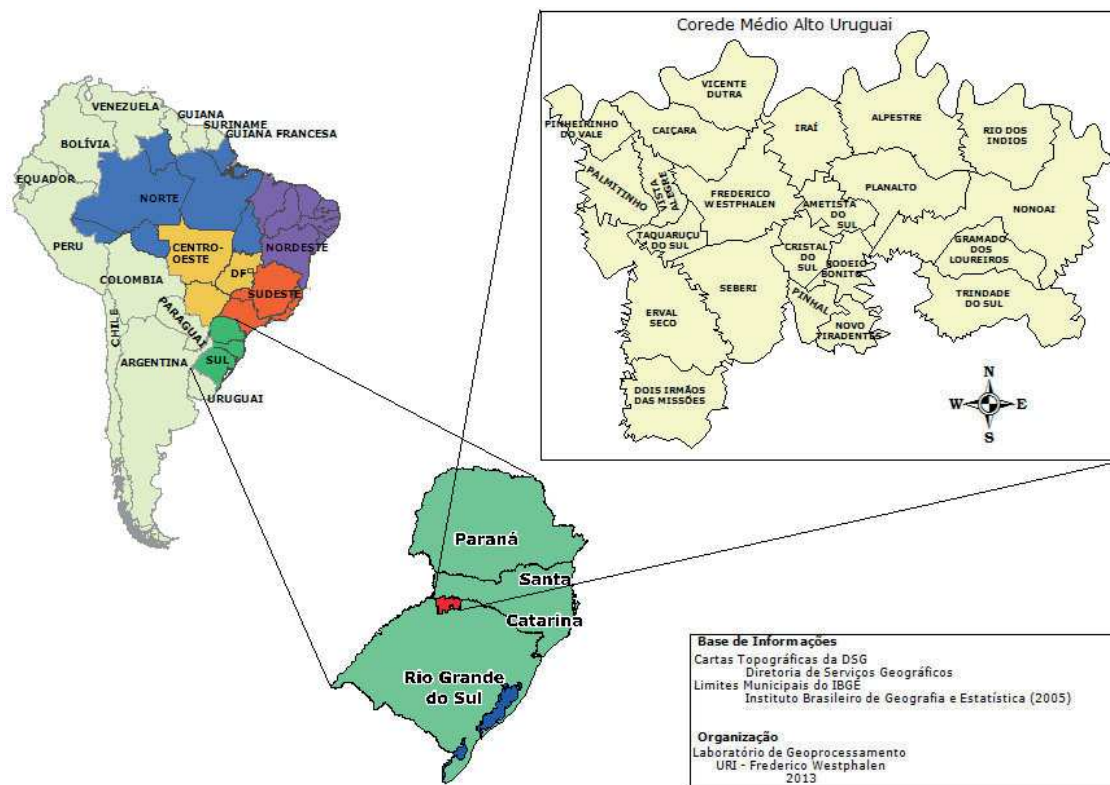
O modelo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que no começo uniam a agricultura e a manufatura. Mas ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que se desenvolveram em mútua oposição.

A ruptura dos setores agrícola e industrial, com uma intensificação na divisão social do trabalho, junto com a concentração de capital, são os fatores determinantes do modelo de desenvolvimento capitalista.

## 2.5 Contextualização do Médio Alto Uruguai

O COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, onde está inserida a cadeia de Agroindústrias Familiares estudadas, localiza-se na mesorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo formada por 22 municípios e de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), totaliza uma área de 4.209,4 km<sup>2</sup>. A soma da população dos municípios do Corede Médio Alto Uruguai, de acordo com CODEMAU (2013), que era de 183.927 habitantes no ano de 2000, teve um decréscimo de 17,08%, entre os anos de 2000 a 2010. Em 2000 a população era de 183.927 habitantes, diminuindo para 152.501 habitantes em 2010, significando redução de 31.426 habitantes em 10 anos. Ainda CODEMAU (2013) demonstra que o maior êxodo foi na zona rural, que em 2000 tinha 103.233 habitantes e em 2010 esse número caiu para 69.784, evidenciando que 33.449 habitantes saíram da zona rural e destes apenas 2.023 migraram para as zonas urbanas da região, os demais foram para outros centros.

**FIGURA 1: Corede Médio Alto Uruguai.**



Fonte: COREDE Médio Alto Uruguai

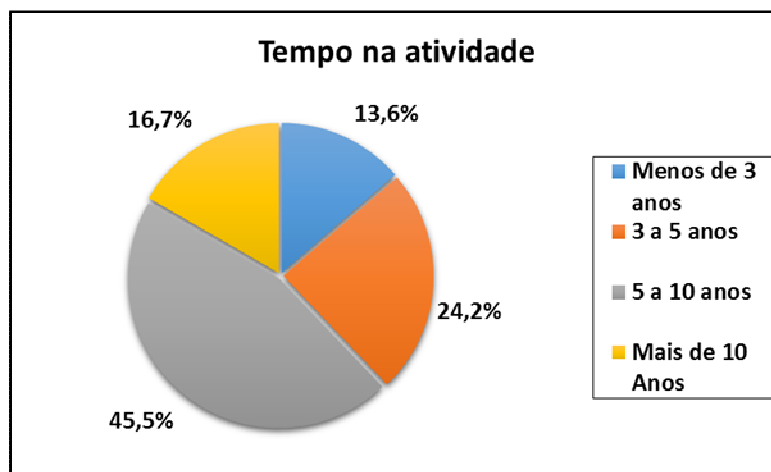
Estudos realizados por SABOURIN (2007) demonstram que a redução da população rural e mesmo total, é um indicador do baixo nível de absorção da mão de obra no meio rural e de diversificação das atividades econômicas, o que faz com que esta mão de obra migre para outras regiões na busca de emprego.

### 3. O perfil socioeconômico das agroindústrias do Médio Alto Uruguai

Após um breve referencial teórico, norteando os objetivos deste artigo, segue a apresentação e a análise da pesquisa realizada, através de questionários aplicados nas agroindústrias. Buscou-se levantar algumas informações que pudessem nos ajudar a estabelecer uma análise situacional das agroindústrias familiares da região. A pesquisa se balizou em quatorze pontos de análise que vão desde as características da mão-de-obra, renda, matéria prima, comercialização e coletividade, buscando dados empíricos e cientificando-os.

Iniciou-se essa apresentação e análise pela atividade desempenhada, observando os indicadores do GRAFICO 1, verificou-se que a maioria delas tem entre cinco e dez anos de atividade, evidenciando que a atividade agroindustrial ainda está em pleno desenvolvimento no Médio Alto Uruguai, com treze por cento de ingressantes. Portanto, mesmo sem saber por hora a taxa de desistência da atividade pode-se afirmar que se tem um incremento de 13,6% a cada 3 anos.

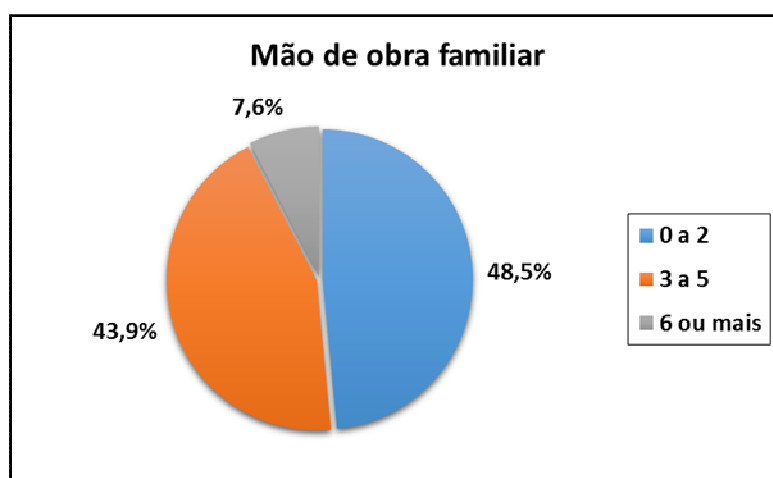
**Gráfico 1: Tempo De Atividade Do Estabelecimento.**



Fonte: Elaborado pelos autores

A grande maioria destas agroindústrias emprega somente mão de obra de origem familiar no desenvolvimento das atividades, e esta é caracterizada por ter até duas pessoas trabalhando na atividade agroindustrial, como pode ser visualizado no GRÁFICO 2.

**GRÁFICO 2: Utilização de mão de obra familiar nos estabelecimentos.**

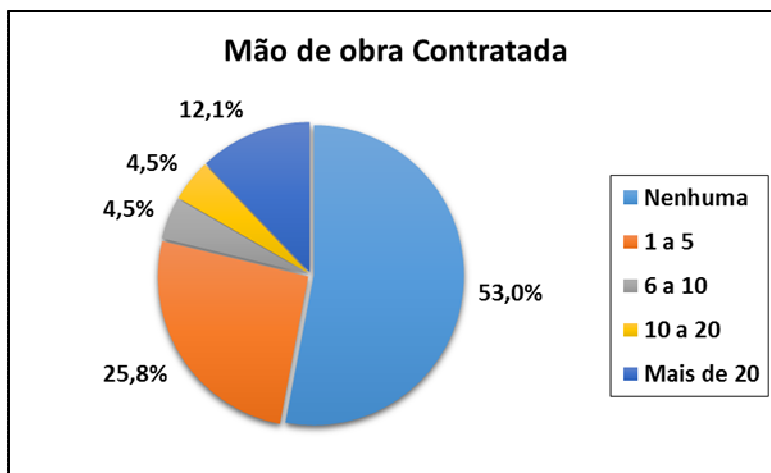


Fonte: Elaborado pelos autores

Os estabelecimentos que empregam de três a cinco pessoas nas atividades desenvolvidas, perfazem aproximadamente 44%. Isto demonstra que apenas 7,6% dos estabelecimentos utilizam mais de seis pessoas para desenvolver suas atividades.

Referente à contratação e mão de obra, constatou-se que 53% dos estabelecimentos não contratam nenhuma. O GRÁFICO 3 apresenta as percentagens de estabelecimentos que contratam mão de obra em relação ao número de funcionários contratados

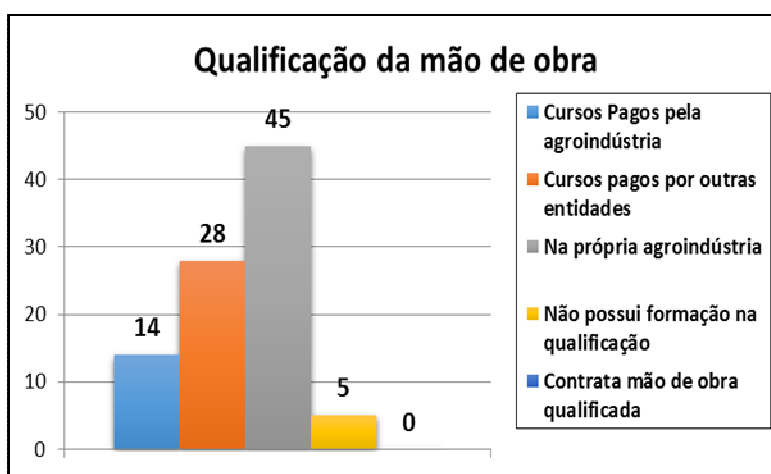
**Gráfico 3: Utilização de mão de obra contratada nos estabelecimentos.**



Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto à qualificação da mão de obra, esta merece destaque, pois foi um dos temas mais discutidos pelos gestores durante a pesquisa. A insatisfação quanto a qualificação é bastante visível. Conforme demonstra o gráfico 4, esta geralmente é feita na própria agroindústria. Também são realizados cursos externos pagos pela agroindústria ou por outras entidades, porém, em agroindústrias com poucos colaboradores o deslocamento de um funcionário para outras localidades se mostra inviável.

**Gráfico 4: Qualificação da Mão d Obra.**



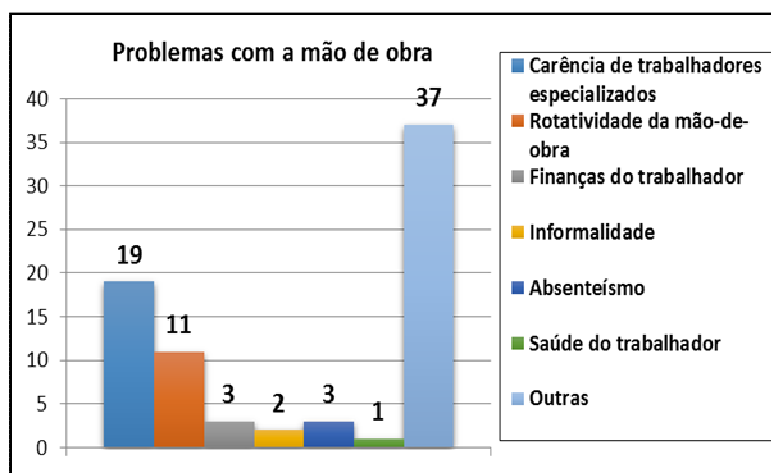
Fonte: Elaborado pelos autores

Confirmando estas informações, no GRÁFICO 5 demonstra que um dos principais problemas enfrentados pelas agroindústrias referem-se a mão de obra. Dos problemas apontados, a carência de trabalhadores especializados foi o de maior índice, ocorrendo em

19 das 66 agroindústrias pesquisadas. A alta rotatividade da mão de obra é outro fator importante apontado.

Problemas como finanças, informalidade, absenteísmo e saúde do trabalhador foram apontados com menores índices. Contudo, além dos problemas identificados, 37 agroindústrias apontaram que ainda existem outros tipos de problemas que ocorrem com seus trabalhadores e que podem afetar o desempenho da atividade que podem ser observados no gráfico abaixo:

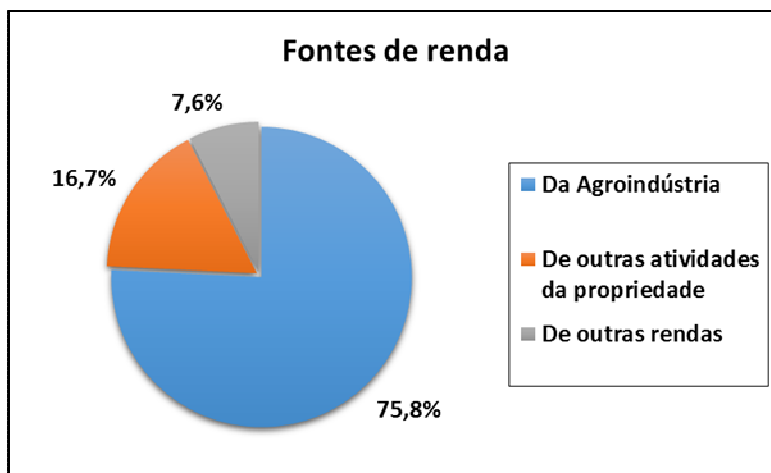
**Gráfico 5: Problemas com a Mão de Obra.**



Fonte: Elaborado pelos Autores

A maioria dos proprietários tem como principal fonte de renda a atividade agroindustrial, situação que evidencia a importância da atividade tanto na geração de renda, com consequente aumento da qualidade de vida, bem como, o potencial de geração de empregos no meio rural. Ressalta-se, ainda, que a dedicação quase exclusiva na atividade agroindustrial se mostrou fator determinante para o bom rendimento dos estabelecimentos, e que através da transformação da matéria-prima em produto final, agregam renda à propriedade.

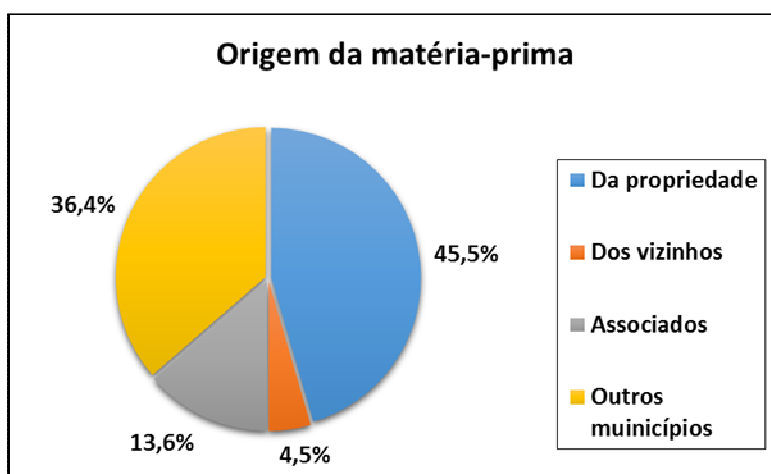
**Gráfico 6: Principais fontes de renda.**



Fonte: Elaborado pelos autores

Um dos fatores positivos, é que a maior parte da matéria-prima utilizada nas agroindústrias, tem procedência da própria propriedade onde estão inseridas, a transformação da matéria-prima é um dos fatores que maximiza os lucros na propriedade e por consequência nas agroindústrias, contribuindo para a redução dos custos da produção. O gráfico 6, demonstra que na maioria dos estabelecimentos agroindustrializadores, a geração de renda não se limita à propriedade, podendo ainda, ser gerador de desenvolvimento local tendo em vista a aquisição de matéria-prima de vizinhos e associados.

**Gráfico 7: Origem da matéria-prima.**

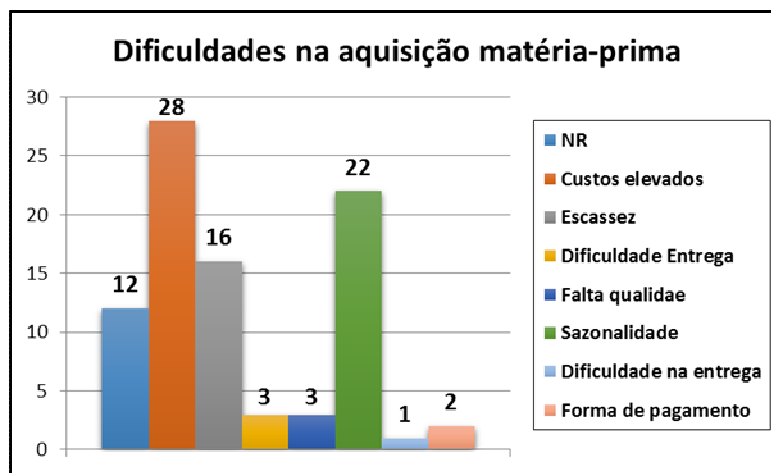


Fonte: Elaborado pelos autores

Chama a atenção o fato de que mais de 36% dos estabelecimentos adquirem matéria-prima em outros municípios da região, fato este que pode ser relacionado com as dificuldades elencadas quanto à aquisição de matéria-prima, no qual 1/3 dos pesquisados apontaram a sazonalidade como uma das dificuldades, como pode ser observado no GRÁFICO 8.

Este é um fator potencializador do desenvolvimento regional, tendo em vista que a compra da matéria prima base é produzida pelo mesmo dono da agroindústria ou adquirida junto a seus vizinhos ou regionalmente, diminuindo assim os custos de produção, gerando maior renda na própria comunidade ou município, o que facilita de forma indireta a auxiliando na promoção de políticas municipais de incentivo. Também podemos considerar que estes fatores de aquisição regional das matérias primas bases contribuem de forma direta no desenvolvimento regional pressupondo uma melhor distribuição de rendas e alavancando a produção primária.

**Gráfico 8: Dificuldades na aquisição da matéria-prima.**



Fonte: Elaborado pelos autores

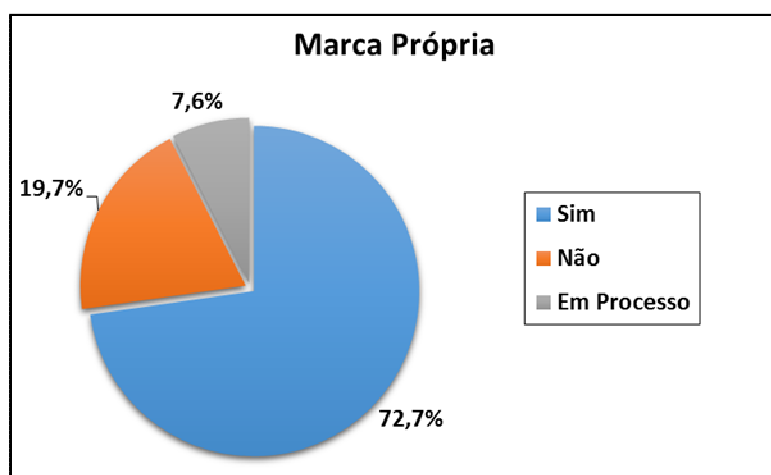
De forma cíclica, a aquisição de matéria-prima em outras regiões impacta significativamente nos custos, sendo esta a principal dificuldade apontada pelos agroindustrializadores que adquirem matéria-prima de fora da propriedade. A sazonalidade,



seguida da escassez de matéria prima, são indicativos dos motivos que levam as agroindústrias a buscar matéria-prima em regiões mais afastadas.

Quanto à estratégia de venda dos produtos, o GRÁFICO 9 aponta que mais de 70% das agroindústrias possuem marca própria, na maioria das vezes informal, não registrada ou apenas com o nome ou sobrenome dos proprietários como identificação. Mesmo não sendo um marca registrada, esta “marca” ou nome do produto tem contribuído na identificação e divulgação do mesmo. Ressaltamos aqui, que não há a obrigatoriedade do registro da marca, apenas lista-lo como nome fantasia nos documentos de registro junto a secretarias da fazenda municipal, estadual e federal.

**Gráfico 9: Percentual de agroindústrias que possuem marca própria.**

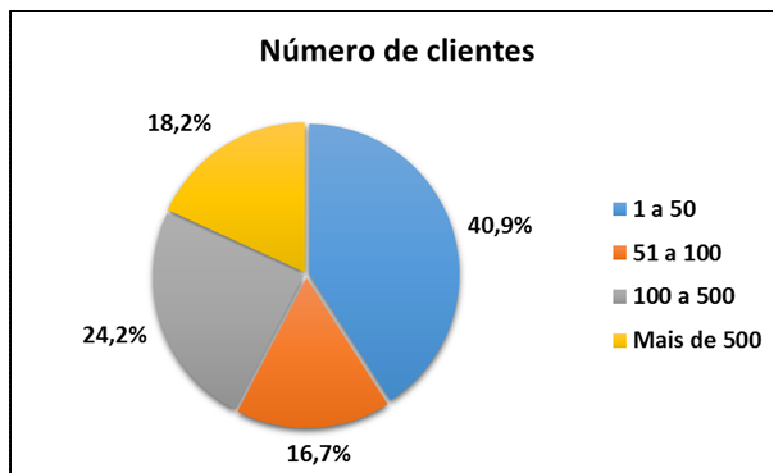


Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se no GRÁFICO 10 que em torno de 40% das agroindústrias tem até 50 clientes.

Os dados levantados a respeito de números de clientes das agroindústrias comprovam que existe uma grande dificuldade das mesmas em expandir seu mercado, pois a maior parte das empresas tem uma quantidade restrita de clientes, visto que, toda a sua produção é vendida nos limites territoriais do município, conforme prevê a legislação a qual estas agroindústrias estão submetidas.

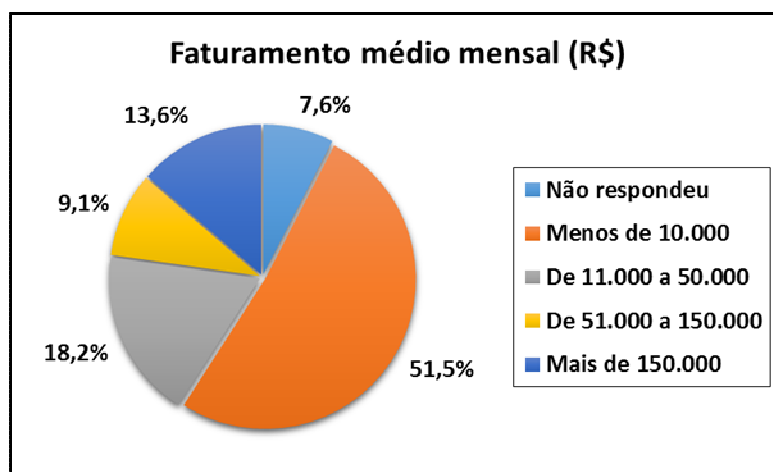
**GRÁFICO 10: Estrato de número de clientes.**



Fonte: Elaborado pelos autores

No tocante ao faturamento, diversos são os fatores que refletem nos números encontrados, entre os principais estão o número de clientes, a capacidade de produção e a obtenção de matéria-prima. Ainda, conforme já dito, a limitação territorial de mercado que influencia no número de clientes, refletindo também no faturamento dos estabelecimentos agroindustriais.

**Gráfico 11: Faturamento médio mensal em R\$.**

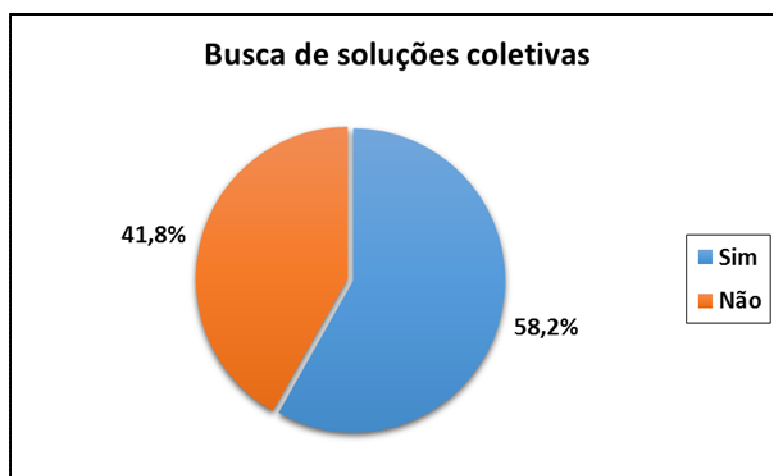


Fonte: Elaborado pelos autores

Dadas as dificuldades encontradas pelo setor, os gestores das agroindústrias estão em busca de soluções coletivas para melhorias, como pode ser observado no GRÁFICO 12. Porém, cabe destacar que, até o momento estas ações visando a busca de ações coletivas são muito microrregionalizadas, não possuindo um objetivo comum definido, sendo

necessária a implantação de órgãos ou a criação de associações ou cooperativas regionais que busquem dar relevância às demandas coletivas deste setor como: compras coletivas, abertura de novos mercados, acessórias em produção, gestão e legalização das agroindústrias, além de várias outras atividades relacionadas.

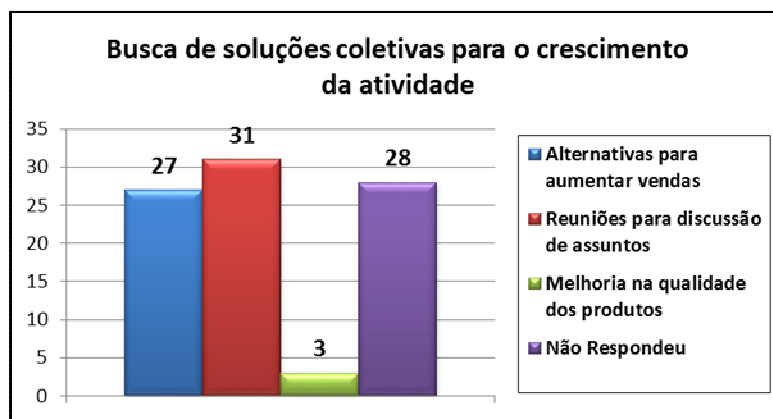
**GRÁFICO 12: Percentual de agroindústrias que buscam soluções coletivas para o setor.**



Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se no GRÁFICO 13 que dentre as principais formas de melhorar a atividade coletivamente, estão reuniões para discussão de assuntos relacionados à atividade, busca de alternativas para aumentar as vendas e, em menor quantidade, alternativas para melhorar os produtos.

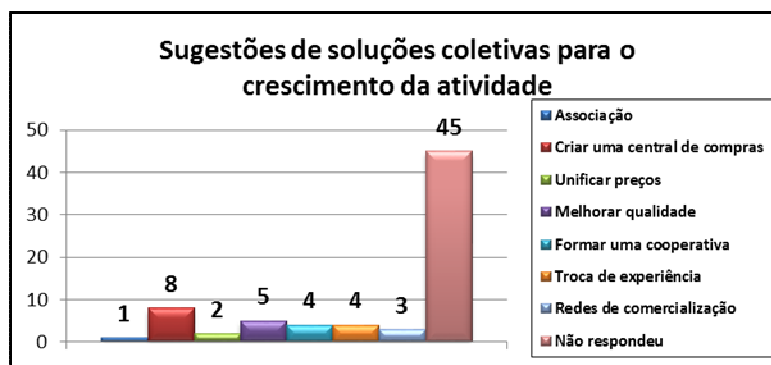
**Gráfico 13: Formas de soluções coletivas que são debatidas.**



Fonte: Elaborado pelos autores

Quando questionado aos gestores que sugestões teriam para o crescimento da atividade, como resultado a maioria não respondeu. Isto demonstra a falta de conhecimento de gestão e como o baixo grau de escolaridade influencia na percepção de possíveis alternativas para solucionar os problemas. Evidenciando que embora exista um anseio pela busca de melhorias, como dito acima, os objetivos não são compartilhados, embora naturalmente possam ser coincidentes.

**Gráfico 14: Sugestões de soluções coletivas para o crescimento da atividade.**



Fonte: Elaborado pelos autores

Entre os resultados observados no item caracterização das agroindústrias, o gráfico 1, mostrou que 80% das agroindústrias estão a menos de 10 anos na atividade, o que pode contribuir na justificativa de alguns resultados encontrados, como baixo número de clientes, faturamento, entre outros, pois como é uma atividade relativamente recente, é provável que a pouca experiência principalmente em gestão contribuam para alguns resultados.

Juntando a baixa experiência dos gestores das agroindústrias pesquisadas a outros fatores pesquisados como, baixa escolaridade, pouca inovação, baixa capacidade de competição mercadológica, informalidade, sazonalidade de matérias primas e de consumo, baixa qualificação da mão-de-obra além de pouca capacidade de investimento, podemos entender o gráfico 14 supondo que além as fraquezas apresentadas pelo objeto pesquisado os mesmos se quer possuem a capacidade de apontar suas fragilidades na busca de soluções coletivas. Quando indagados a apresentarem soluções coletivas para o crescimento das atividades os mesmo se quer responderam a pergunta. Talvez pelo medo

dos anos de experiência em um mercado de concorrência imperfeita em que os forçaram a estar na condição atual confirmada pela pesquisa aplicada acima.

#### **4. Considerações Finais**

A região do Médio Alto Uruguai apresenta em seu território grande diversidade em sua organização produtiva, e vasta tradição na produção e na agroindustrialização de alimentos. Para que ocorra o desenvolvimento econômico das agroindústrias deste APL é fundamental que sejam apresentadas alternativas produtivas, não apenas no aspecto da renda gerada, mas também com relação à garantia de comercialização da produção, à aquisição facilitada de insumos, à assistência técnica especializada, etc.

De acordo com os dados analisados, as agroindústrias enfrentam problemas de gestão, relacionado com a falta de capacitação dos gestores. A maior parte das empresas não participa de programas governamentais, devido à falta de infraestrutura, à limitação de mercado imposta pela legislação municipal e à informalidade.

A pesquisa também mostrou limitações quanto à comercialização dos produtos, a área de abrangência do mercado consumidor limitada ao próprio município, na maior parte das empresas estudadas. Não há uma cooperação que fomente, potencialize a distribuição e a comercialização dos produtos.

Assim, conclui-se que, em tendo que diminuir os custos de produção das agroindústrias do ramo, as mesmas se valem da legislação brasileira para alterar o sistema de aquisição das matérias primas diretamente do agricultor por um novo modelo, a produção em parceria, agroindústria e produtor rural. Neste processo, que exclui totalmente a opção de agroindústria familiar, o principal objetivo é a redução de custos produtivos, e o principal deles é o fator “impostos”. Porém, este modelo parece excludente por várias razões, uma delas é o aumento da produtividade por unidade familiar e automaticamente a exclusão das famílias menos favorecidas, o aumento do aporte financeiro de investimentos buscando aumento da escala de produção e muitos outros.

Observando estes e muitos outros fatores mencionados e comentados na análise dos resultados, conclui-se que consolidação das agroindústrias familiares é relevante para o desenvolvimento regional. A infinidade de forças, de fraquezas, de ameaças e de oportunidades que o setor agroindustrial familiar apresenta torna o planejamento futuro, de certa forma intangível, porém, factível.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas-SP: Hucitec, 2ª Ed. (Coleção Estudos Rurais), 1998.

\_\_\_\_\_. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, SP, USP, Vol. 16, nº 2, 2004. BRDE. **Redes de agroindústrias de pequeno porte: experiências de Santa Catarina**. Florianópolis – SC: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Gerência de Planejamento de Florianópolis, 2004.

ALTMANN, A. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.

ÂNGELO, H.; CASTRO, L. H. R.; HOSOKAWA, R. T.; **Metodologia para medir grupos homogêneos de propriedades rurais**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, Vol. 26, nº 1, p. 53-54, jan/mar. 1988.

ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agrobusiness brasileiro**. São Paulo: Agroceres, 1990.

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Administração da qualidade e produtividade**. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999.

CODEMAU, **Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai. Programa de combate às desigualdades regionais**. 2º Ed. Frederico Westphalen, RS: 2013.

COSTA, F. L. da; CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, **Anais...** Lisboa, Portugal, 8-11, Oct. 2002.

CRUZ, A. C. **Roteiro de elaboração de um projeto de monografia**. São Paulo: 2003.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ETGES, Virginia Elisabeta. **Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma**. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3. set./dez. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira**. Unicamp, Ifch, Depe, 1980.

HARNECHER, M. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. Cosmos, 1973.

LEUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. 2. Ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Texto para discussão nº 358. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

LOPES, P. **Participação das populações locais no desenvolvimento da educação**. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Batafá, Guiné-Bissau, 2004-2006. Dissertação de Mestrado – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008.

MAIA, J. de M.. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2000.

NALLE JUNIOR, C. **Desenvolvimento regional e políticas públicas: o caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

NETTO, Delfim, Antônio. *Revista Veja*, Abril, 1996.

OLIVEIRA, G. B. de & LIMA, J. E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.2, 2003.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: Limites e potencialidades a sua reprodução social**. Editora da URI: Frederico Westphalen – RS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS (Coleção Estudos Rurais), 2008.

RAMOS, M. P.; MARINO, J. M. F. Condicionantes históricos o desenvolvimento capitalista global em nível regional. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.



SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais**. In: Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, D. R. Um modelo aplicado: o planejamento nos Coredes. IN: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc: 2010.

SILVA, Edna L. da; MENEZES, Ester M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Ver. Atual. Florianópolis. Laboratório de ensino a distância. UFSC, 2001.

TORRES, I. G. **Comércio Internacional no século XXI**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS, Série Estudos Rurais. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.